

Morte e pedagogia cívica em contexto republicano: os funerais de «mortos ilustres» nos anos 10 e 20 do século XX

Joaquim Pintassilgo

Universidade de Lisboa. Portugal

e-mail: japintassilgo@ie.ul.pt

Rui Afonso da Costa

Agrupamento de Escolas de São João da Talha. Portugal

e-mail: ruiafonsodacosta@sapo.pt

1. Introdução

Este texto tem por finalidade refletir acerca do aproveitamento pedagógico e cívico dos funerais de figuras consideradas exemplares durante o período republicano português coincidente, em parte, com as segunda e terceira décadas do século XX. A I República, para além de abolir a monarquia constitucional, desenvolveu um combate sem tréguas à influência social e cultural da Igreja Católica e à presença simbólica do catolicismo no espaço público e na vida quotidiana. A emblemática Lei da Separação do Estado das Igrejas, datada de 1911, tinha como principal desiderato a promoção de uma radical laicização da sociedade portuguesa. Conscientes da necessidade de encontrar alternativas rituais e simbólicas que preenchessem o espaço deixado vago pelo desaparecimento das tradicionais fontes de legitimação e consenso, os republicanos procuram pôr de pé um vasto conjunto de liturgias cívicas que tinham uma clara intenção pedagógica. Os símbolos e ritos então fomentados faziam parte de um ambicioso projeto de transformação da alma e do corpo dos portugueses, tendo em vista a formação dos cidadãos republicanos e patriotas, considerados essenciais para a preservação e consolidação de um regime que se apresentava em rutura com o passado

monárquico e católico. Pretendia-se, ao mesmo tempo, regenerar uma sociedade tida por decadente por via da revalorização de algumas das suas referências míticas. O culto da Pátria, da sua história, dos seus símbolos e dos seus heróis, surge, assim, como a principal manifestação daquilo que podemos considerar, paradoxalmente, uma religiosidade cívica de cariz republicano e laico. Esse culto incluía a construção de uma espécie de hagiografia cívica, tendo como principal referência a figura exemplar de Camões, que cantara a Pátria em *Os Lusíadas*. As celebrações dos centenários de figuras ilustres, prática cultural fomentada entre as décadas finais de oitocentos e o início do século XX, foram uma das principais manifestações desse projeto que mesclava a imagem do herói romântico e o culto positivista dos grandes homens. É sabido que, no caso do republicanismo português, o positivismo, particularmente na sua versão menos ortodoxa, surgiu como a principal fonte doutrinal o que explica a centralidade assumida pelas liturgias cívicas no conjunto das práticas então fomentadas, tendo por finalidade a construção de uma comunidade simbólica.

É este contexto que permite compreender a importância do objeto de estudo que aqui procurámos circunscrever: os funerais de «mortos ilustres» que ocorreram durante o período republicano. O culto cívico dos mortos, tal como é desenvolvido entre os séculos XIX e XX, surge articulado com a afirmação dos novos Estados-Nação e, em particular, com a reinvenção das memórias coletivas indispensáveis tanto para a sua legitimação como para a sua projeção para o futuro. Os «grandes mortos» alvo de consagração cívica passam por um processo de idealização, sendo esquecidos os seus eventuais defeitos e enfatizadas as suas prolapadas virtudes. Passam a ser figuras exemplares para os restantes membros da comunidade. A forma como são organizadas as cerimónias procura enfatizar as suas potencialidades pedagógicas, o mesmo acontecendo à coreografia a que elas obedecem. O cortejo cívico dá uma dimensão pública e coletiva ao rito, que se oferece como espetáculo. Os discursos proferidos à beira-túmulo encarregam-se de tornar clara para o grande público a exemplaridade cívica dos ilustres desaparecidos, dramatizando o momento e propiciando a comunhão de todos em torno do espírito do homenageado e do seu significado. No caso dos funerais realizados no período em análise, a mensagem política é igualmente clara: ao sacralizar-se mártires, heróis ou intelectuais republicanos pretende-se uma renovação simbólica dos laços entre os cidadãos e o regime, algo que a sua precariedade e permanente instabilidade tornam absolutamente decisivo.

No que se refere ao caso português, o autor que mais se tem dedicado às temáticas presentes no estudo é Fernando Catroga (1999, 1996, 1991, 1988). Questões como a influência do positivismo na ideologia republicana, o seu carácter assumidamente regenerador, o processo de laicização do Estado e da sociedade portuguesa desencadeados pelo republicanismo, a religiosidade cívica

subjacente a muitas das práticas então fomentadas, em particular no que se refere ao culto da Pátria, foram por ele analisadas num conjunto de obras marcantes. Ainda mais próximos do nosso objeto de estudo estão os trabalhos que Fernando Catroga dedicou ao desenvolvimento em Portugal, na transição do século XIX para o século XX, de uma conceção laica da morte, expressa através da secularização dos cemitérios e dos funerais mas, também, da celebração cívica dos mortos ilustres e respetiva imortalização no panteão nacional e na estatuária urbana. O autor relaciona ainda esse processo com o conjunto de comemorações então fomentadas pelo republicanismo, com destaque para as relativas ao centenário de Camões celebradas em 1880, e analisou, para o que aqui particularmente nos importa, alguns dos funerais cívicos com mais impacto celebrados até à implantação da República e tendo como referência as figuras de eminentes republicanos. De entre eles destacam-se o de Elias Garcia (1891), o de Heliodoro Salgado (1906) e, acima de todos, a grande apoteose nacional que foram os funerais de Miguel Bombarda e Cândido dos Reis, erigidos à categoria de mártires da nascente República, os quais foram realizados logo após a instauração da República em 5 de Outubro de 1910.

Um outro autor, João Medina (2007, 1994), estudou um dos grandes funerais de Estado do período, o de Sidónio Pais, o Presidente da República que procurou corporizar uma antecipatória inflexão autoritária do regime. A construção de uma mitologia nacional e a galeria de heróis nela incorporada, uma espécie de hagiografia cívica, foi estudada por diversos autores, com destaque para Sérgio Campos Matos (1990). Um dos autores do presente estudo, Joaquim Pintassilgo (1998), analisou a expressão das conceções já aqui referenciadas no terreno mais particular da cultura escolar, ao procurar caracterizar o projeto de formação de cidadãos desenvolvido na escola primária no período republicano, em particular no que se refere a manifestações várias do culto da Pátria, da sua história, dos seus heróis e dos seus símbolos (como a bandeira e o hino), a festividades cívicas como a Festa da Árvore, de grande riqueza simbólica, ou às tentativas de introdução dos exercícios militares em contexto escolar. Integrado no processo mais vasto de laicização da escola, e possuindo finalidades de natureza integradora, este conjunto de práticas alternativas ao ritualismo católico até aí prevalecente (e presente na escola) não deixa de estar imbuído de uma certa religiosidade cívica. Este trabalho foi ainda muito influenciado, no que se refere à literatura internacional, por autores como Mona Ozouf (1976) e Bronislaw Baczko (1978), em particular os seus estudos sobre a festa e a religião revolucionárias, e como Jean-Pierre Sironneau (1980) e Claude Rivière (1988), designadamente as suas reflexões sobre os conceitos de religião política e de liturgia política.

De que modo esta problemática se configura nos funerais e no discurso sobre a morte das personalidades republicanas que seleccionámos? Para responder a esta

pergunta, recortámos, de um conjunto que podia englobar também Manuel de Arriaga, Sidónio Pais, João Chagas, António José de Almeida e a tumulação do soldado desconhecido, os exemplos representados por um profissional do jornalismo, por duas figuras da cultura republicana e por um político civil, isto é, respetivamente, António França Borges, Guerra Junqueiro, Teófilo Braga e Sebastião de Magalhães Lima.

Para analisar os funerais destes grandes republicanos reunimos bibliografia especializada. No entanto, a base para a compreensão dos funerais-espetáculo estudados procede da análise da imprensa escrita coeva sediada em Lisboa, onde também aqueles decorreram. Para concretizar este desiderato selecionámos 3 dos jornais mais importantes do período estudado e até da história da imprensa em Portugal. Um é o *Diário de Notícias*, fundado em 1865 e ainda hoje em publicação, o primeiro jornal essencialmente noticioso e sem filiação partidária, o que faz dele uma fonte menos contagiada pela simpatia para com o morto e o simbolismo que ele representa. O segundo é *O Século* criado em 1881, sob a direção de Magalhães Lima, que, a despeito de rivalizar com o *Diário de Notícias* no tratamento da informação noticiosa, se assume como um jornal abertamente republicano, tendo prestado relevantes serviços à causa da propaganda que levou os republicanos ao poder. Por último, o jornal radical *O Mundo*, fundado em 1900, considerado o jornal republicano de maior projeção e mais larga influência no período que antecedeu o fim da Monarquia. Após a implantação da República, a sua ligação aos democráticos e o anticlericalismo militante fizeram dele, novamente, um jornal de feição. Encerrado por motivos políticos, já não cobriu o funeral de Magalhães Lima, em 1928.

Para estudar este conjunto de fontes recorreremos à metodologia da análise de conteúdo, procurando nas notícias, entrevistas e editoriais discernir um conjunto de imagens e recordações dos falecidos, bem como o seu carácter prospetivo. A análise de conteúdo procurará, por um lado, descrever o visível, isto é, os locais de exposição do corpo e a sua decoração, o velório e a sua organização, o préstito e o seu percurso, os participantes organizados e os cidadãos anónimos, a derradeira despedida no cemitério onde a palavra e a oratória se impõem ou, em dois casos, no panteão nacional, que então se situava no mosteiro dos Jerónimos. Por outro lado, procurámos compreender a mundividência laica das celebrações, ainda muito próximas do cerimonial católico na sua configuração exterior. Finalmente, a documentação foi compulsada de modo a fazer sobressair os usos do culto cívico aos grandes homens, no sentido de elencar as virtudes modelares que neles se concentravam e que serviam de referência ética e política ao cidadão comum.

Constituem-se como palavras-chave deste estudo as seguintes: laicização; pedagogia cívica; memória; ritual; culto dos mortos.

2. António França Borges: jornalista e herói da propaganda republicana

O primeiro, cronologicamente falando, é António França Borges. Apontado como o mais importante jornalista republicano do tempo da propaganda, foi colaborador de diversos jornais, panfletário, conspirador antifranquista e *maçon* desde 1911, com o nome simbólico de *Fraternidade* (Marques, 1986). Mas foi como fundador do periódico *O Mundo*, em 1900, considerado o porta-voz do Partido Republicano Português e, mais tarde, do Partido Democrático (Tengarrinha, 1989), a cujo diretório pertenceu, que foi granjeando a admiração dos seus pares e de muitos republicanos. Morreu, com meningite tuberculosa, em Davos-Platz (Suíça) a 5 de novembro de 1915 e foi sepultado a 19, em Lisboa, do mesmo mês.

O seu funeral prolongou-se no tempo até à apoteose que decorreu em Lisboa sendo transformado numa grande manifestação de fé republicana, laica e agnóstica alimentada pela admiração dos seus pares e de muitos republicanos.

2.1. O tempo do velório: reconstrução da imagem do homem e do cidadão

O representante de Portugal na Suíça ordenou que o corpo fosse embalsamado e conservado em câmara mortuária para que, segundo afirma: «Afonso Costa e os seus companheiros de viagem o possam ver, julgando assim interpretar os desejos do sr. Presidente da República, do governo da família, dos correligionários e camaradas do jornal»¹. O velório desenrolou-se em espaços distintos mas complementares: na casa mortuária Schatzalp, na Suíça, coberto com a bandeira nacional, «onde repousa com toda a serenidade cercado de flores»², durante o transporte em território nacional e na sede do jornal que dirigiu. O único momento realmente familiar e privado deu-se quando o corpo foi depositado na sala de redação do jornal, com a presença da sua esposa, de amigas desta e de Afonso Costa³. Em tudo o mais dominou o público, o laico e o republicano.

Com efeito, para a sede do jornal convergiram representantes de agremiações políticas republicanas e de entidades oficiais, assim como correligionários ilustres e anónimos que conferiam ao velório, sem corpo, o aspeto de uma «romaria fúnebre»⁴. Esta era mediatizada pel' *O Mundo* que publicou fotografias de França Borges, sozinho, com os filhos e em atos públicos, bem como das coroas e buquês oferecidos por agremiações, personalidades públicas e cidadãos comuns; transcreveu inúmeros telegramas de condolências; publicou editoriais e textos *in*

¹ França Borges: o cadáver foi embalsamado e enviado par Lisboa. *O Mundo*, n.º 5504, 6-11-1915, p. 7.

² «França Borges». *O Mundo*, n.º 5505, 7-11-1915, p. 5.

³ A chegada do cadáver de França Borges. *O Mundo*, n.º 5519, 19-11-1915, p. 2.

⁴ Grande amigo. *O Mundo*, n.º 5517, 19-11-1915, p. 1.

memoriam, de cariz biográfico e apologético. Deste modo, o jornal preencheu o tempo de espera até à chegada da urna dando conta dos símbolos e dos gestos do luto e criando um ambiente de adesão que cresceu à medida que se aproximava o reencontro com o corpo, assinalado no dia da sua chegada com a publicação de uma fotografia mortuária de França Borges, na Suíça, depois de embalsamado. A fotografia teve, aliás, uma forte presença nos rituais da sua morte ajudando no trabalho do luto, além de atestar e perpetuar uma imagem bela do morto em estreita ligação com a intenção de construir e preservar a sua memória.

Nas imagens que *O Mundo* reproduz é evidente a ausência de símbolos e rituais religiosos católicos. Mas nem por isso é menor a espectacularidade do velório e do cortejo fúnebre, facultada pela cuidadosa cenografia da câmara ardente e do funeral, onde sobressaíam as flores naturais e artificiais, com destaque para a palma em bronze oferecida pelo pessoal d'*O Mundo* com o busto em relevo de França Borges, e pela complexa coreografia que enforma o conjunto das cerimónias desde Vilar Formoso ao cemitério do Alto de São João, em Lisboa. Constitui-se, assim, um conjunto de formas e de práticas, isto é uma liturgia que organizava o trabalho fúnebre e dava sentido aos propósitos laicos e políticos do funeral de França Borges.

O Mundo descreve pormenorizadamente todas as exéquias do passamento na Suíça, do transporte da urna, do velório e do funeral. Além de publicitar as manifestações de pesar e os louvores que chegavam de todo o País, esforçou-se por fazer sobressair nas suas fotografias e artigos as virtudes de França Borges como homem, pai, e sobretudo como jornalista, cidadão e político republicano que apaga os defeitos e exalta as qualidades pessoais entre as quais sobressai a exemplaridade do cidadão republicano.

Assim, à imagem da personalidade de França Borges tida como «uma alma feroz, um coração seco e árido, um espírito sectário e fanático», respondia o jornal que na verdade era «uma alma tão compassiva e tão bondosa, com um coração tão cheio de ternura e de meiguice», de «uma afabilidade encantadora, quasi infantil»⁵. Se «como amigo ninguém excedia, ninguém o igualava em carinho e dedicação», como homem era «um perfeito homem de carácter», um exemplo de «alta perfeição moral»⁶, e de uma coerência inflexível: «o seu carácter possuía a rigidez do mármore. Não transigia. Com ele contava-se e nela se confiava, *absoluta e incondicionalmente*. Era um homem [...] de uma só cara, de uma nobre independência moral, marchando altivamente sempre em linha reta»⁷.

⁵ António França Borges. *O Mundo*, n.º 5504, 6-11-1915, p.1.

⁶ *Idem. Ibidem.*

⁷ Discurso do Sr. Dr. Magalhães Lima, grão-mestre da Maçonaria Portuguesa. *O Mundo*, n.º 5505, 20-11-1915, p. 5.

Quando se observam as imagens e lêem as descrições do cerimonial fúnebre constata-se que em nada ficam a dever às manifestações católicas, sendo, aliás, decalcadas destas. Porém, expressam uma alternativa mundividencial e cívica capaz de dar uma eficácia simbólica ao passamento civil, conferindo-lhe dignidade e propiciando uma forte impressão para fazer perdurar nas mentes dos vivos a memória do cidadão e da sua obra. Deste modo, dava-se a impressão de que a morte não era o início do esquecimento mas o começo de uma outra forma de reconhecimento que, no caso em análise, a toponímia urbana e a estatuária se encarregaram também de manter vivas e de perpetuar. Estava o corpo ainda na Suíça e já um grupo de amigos liderados por Ramada Curto, João de Barros e João de Deus Ramos, solicitava a *O Mundo* a abertura de uma subscrição para a construção de um mausoléu para recolher as cinzas de França Borges⁸ que foi substituída pela intenção de construir um monumento, proposta dos jornalistas⁹ d'*O Mundo* concretizada em 1925¹⁰.

2.2. *O cortejo fúnebre: homenagem ao combatente republicano*

A heterodoxia do velório e do funeral de França Borges inscreve-o entre o diminuto número de funerais civis que se realizaram em Portugal (Catroga, 1999). A geografia do funeral teve uma primeira etapa na Suíça, donde saiu a 10 de novembro, até à entrada em Portugal pela fronteira de Vilar Formoso, facto assinalado com as primeiras homenagens no solo português por várias deputações de agremiações políticas, da maçonaria e d'*O Mundo* e com coroas de flores enviadas pelo Governo, o diretório do Partido Republicano Português, o grupo parlamentar democrático e os jornalistas do seu jornal¹¹. A urna foi instalada num *furgão* armado em câmara ardente, onde se organizaram turnos de vigília e em várias localidades por onde passou o comboio, sobretudo em Coimbra, França Borges foi alvo de manifestações de condolências e de discursos inflamados. Finalmente, em Lisboa, o féretro seguiu para a sede d'*O Mundo* e daqui para o cemitério do Alto de São João, a 19 de novembro. O funeral de França Borges envolveu, pois, uma logística complexa cuja preparação em território nacional coube ao jornalista Luís Derouet, com a colaboração de alguns colegas do jornal: preparar o velório, organizar o transporte da urna e das flores, fixar o itinerário do préstito até ao cemitério, ordenar o cortejo e alinhar os discursos de homenagem e despedida.

A escolha do dia do funeral recaiu na sexta-feira, 19 de novembro, fracassando as tentativas para realizar o funeral no domingo, por receio de prejudicar os

⁸ Mausoléu a França Borges. *O Mundo*, n.º 5505, 7-11-1915, p. 1.

⁹ Erigir-se-á um monumento em vez do mausoléu. *O Mundo*, n.º 5517, 19-11-1915, p. 2.

¹⁰ O monumento a França Borges. *O Mundo*, n.º 8487, 4-11-1925, p. 2.

¹¹ França Borges. *O Mundo*, n.º 5517, 7-11-1915, p. 2.

resultados eleitorais do Partido Democrático, cujo ato se realizava em dois bairros da cidade. Os numerosos discursos previstos no cemitério e a hora de fecho deste impuseram o início do funeral pelas 12 h. Da sede d' *O Mundo* até ao cemitério o préstito organizado à maneira dos cortejos cívicos, incorporou milhares de pessoas, fazendo a marcha «entre alas compactas do povo que exterioriza o seu profundo sentimento»¹², com a urna coberta pela bandeira nacional e ladeada ao longo do percurso sucessivamente por cada um dos 26 turnos que pegaram nas borlas durante o trajeto até ao cemitério: representante do Presidente da República e ministros; membros do diretório e da Junta Consultiva do Partido Republicano Português, Governador Civil, Junta Geral do Distrito e Câmara Municipal de Lisboa; membros da Câmara dos Deputados; membros do Senado; representantes dos partidos políticos; Comissão Municipal do Partido Republicano Português; juntas de paróquia de Lisboa; Comissões paroquiais republicanas de Lisboa; representantes da imprensa; membros do Grémio Lusitano; membros do Grémio «o Futuro»; republicanos do Porto; republicanos das províncias; agentes da guarda republicana, cidadãos de Sobral de Monte Agraço, sua terra natal; representantes do Centro Republicano Democrático, da Associação do Registo Civil e de outras agremiações; oficiais de terra e mar, revolucionários civis e militares; Liga Republicana das Mulheres Portuguesas; antigos e atuais redatores d' *O Mundo*, bem como o pessoal das demais seções do jornal; e, por último, Afonso Costa e membros da família, já dentro de cemitério pegaram nas borlas até ao jazigo de Francisco Filipe Pereira onde o corpo foi depositado¹³. O momento mais solene deu-se quando a urna foi rodeada pelos membros da maçonaria do Grande Oriente Lusitano e da loja Futuro a que pertencia. Além de muito público anónimo que rodeou o cortejo fúnebre, este integrou inúmeras representações de associações, de órgãos administrativos nacionais e locais e de centros escolares republicanos. A imprensa consultada é unânime: o préstito foi, segundo o *Diário de Notícias*, «imensamente concorrido»¹⁴ ou, de acordo com *O Século*, o funeral «revestiu-se de grande imponência», expressão do sentimento de pesar e «uma verdadeira profissão de fé republicana»¹⁵.

Tendo como referência uma figura da propaganda do laicismo republicano o velório e o funeral de França Borges constituíram uma oportunidade para explicitar as atitudes laicistas e livre pensadoras pelas quais ele lutou, assim como para filiar e enraizar uma experiência política e promover a contestação do cerimonial católico numa sociedade predominantemente religiosa.

¹² França Borges. *O Mundo*, n.º 5518, 20-11-1915, p. 1.

¹³ *Idem*, p. 2.

¹⁴ França Borges. *Diário de Notícias*, n.º 17973, 20-11-1915, p. 2.

¹⁵ França Borges. Realizou-se ontem o seu funeral. *O Século*, n.º 12196, 20-11-1915, p. 2.

2.3. Os discursos no cemitério: as virtudes do herói republicano

Os numerosos discursos proferidos no cemitério não só confirmam como ampliam as qualidades que fazem de França Borges um herói republicano. Aí foi montada uma tribuna por onde passaram diversas personalidades que encerraram o funeral como se fora um comício político. Por um lado, repetiu-se até à exaustão a referência à personalidade combativa ao serviço da propaganda republicana, distinguindo-se no jornalismo como um soldado corajoso. Magalhães Lima aponta que «foi um crente. Amou apaixonadamente a República, por ela combateu valorosamente, intrepidamente, e por ela sofreu a prisão, o exílio, as perseguições de toda a ordem». Na mesma linha de raciocínio Luís Derouet, seu colega no jornal, pôs em evidência que França Borges foi «um combatente excecional, um obreiro incansável, um adversário intransigente»¹⁶ da monarquia, «um soldado que valia por um general, que valia por um exército»¹⁷.

O balanço da trajetória política de França Borges permitia concluir que, ao contrário de outros que beneficiaram com o triunfo da República, este não aspirou a retirar dividendos políticos ou a obter benesses e honrarias pessoais, pois, «chegada a hora do triunfo, não foi dos que apareceu no cume luminoso: recolheu a sua espada de combatente e foi para a obscuridade do seu posto»¹⁸. Por isso, Magalhães Lima, parafraseando o epitáfio dos heróis espartanos das Termópilas, sustenta que no epitáfio que faria justiça à praxis política de França Borges deveriam constar as seguintes palavras: «Portugueses que passais dizei aos nossos contrários e transmiti aos vindouros que morri fiel aos princípios de toda a minha vida e sofri pela República, sem outra recompensa que não fosse a satisfação do dever cumprido». Ou como proclamou Maria Veleda da Associação de Propaganda Feminina Democrática «dizer que França Borges foi um homem coerente com os princípios é [...] o maior elogio que se lhe pode fazer»¹⁹.

Ademais, Afonso Costa que para além de amigo de França Borges tinha este e o seu jornal como os principais suportes propagandísticos da facção que liderava, procurou realçar a importância determinante de França Borges, enquanto diretor d'*O Mundo*, para o triunfo da ideia republicana e do Partido Republicano Português salientando que «é depois de 1900 e tendo como órgão *O Mundo* que o partido [republicano] principia a prosperar, a combater e a disputar as eleições da Câmara Municipal de Lisboa, onde demos a prova cabal da nossa capacidade

¹⁶ Palavras de Louis Derouet em nome do pessoal do Mundo. *O Mundo*, n.º 5518, 20-11-1915, p. 3.

¹⁷ Junto ao túmulo de França Borges. Discurso do Sr. Ministro do Fomento. *O Mundo*, n.º 5518, 20-11-1915, p. 5.

¹⁸ *Idem. Ibidem.*

¹⁹ Junto ao túmulo de França Borges. Discurso da Sr.^a D.^a Maria Veleda em nome da Associação de Propaganda Feminina Democrática. *O Mundo*, n.º 5518, 20-11-1915, p. 5.

administrativa»²⁰. Ou ainda dizendo que *O Mundo* «foi o órgão fundador da ideia republicana até que se implantou em Portugal»²¹.

A configuração modelar da vida política de França Borges não considerava apenas a sua dimensão histórica, o seu contributo para a construção do republicanismo pretérito. O tempo em que se deu a sua morte estava marcado internacionalmente pela Grande Guerra, em que Portugal ainda não participava, e, no plano interno, pelas querelas partidárias e a instabilidade governativa. Com efeito, no próprio ano da sua morte deu-se a insubordinação militar conhecida por «movimento das espadas» contra um governo do chamado Partido Democrático, a que se seguiu a instauração de um governo ditatorial chefiado por Pimenta de Castro. O clima de instabilidade política e a iminência de uma situação nacional conturbada, que acabaria por acontecer, serviram de pretexto para da tribuna do cemitério do Alto de São João se lançarem veementes apelos à «união sagrada», isto é, ao congregar de esforços renovadores do patriotismo, da unidade republicana e da democracia, que mais não seria do que dar continuidade ao ideário pelo qual França Borges tinha dado os melhor do seu labor jornalístico e cívico. Segundo Afonso Costa:

Para que ele tenha alegria no seu túmulo só lhe podemos assegurar se fizermos a continuação da obra a que ele tanto se dedicou para fazer prosperar a Pátria, dando-lhe um nome glorioso, transformando-a para bem de todos os portugueses e principalmente das classes pobres e humildes a quem ele tanto amor votara [...]. Morreu França Borges? Mais uma razão para reforçar os combates sem paixões ruins e estranhas e lutas estéreis com outros republicanos²².

Ou como disse o presidente do ministério José de Castro: «Cidadãos unam-nos num grande espírito de conciliação e defendamos a República, cuja bandeira França Borges soube levantar tão alto que poucos o poderão igualar»²³.

Os discursos são unânimes na exaltação do arreigado republicanismo de França Borges e na valorização da sua militância para que a implantação da República fosse uma realidade, nomeadamente através dos seus escritos jornalísticos e da firme orientação republicana e democrática que imprimiu ao jornal *O Mundo*. Todos os traços da vida jornalística e política o elevavam à categoria de «grande republicano», que no seu caso englobava também a faceta de livre-pensador, anticlerical e anticatólico. De certo modo, todo o cerimonial, marcadamente laico, que rodeou o velório e o funeral, projeta exuberantemente esta dimensão

²⁰ Discurso do Sr. Dr. Afonso Costa, como representante do Partido Republicano Português. *O Mundo*, Ano XVI, n.º 5518, 20-11-1915, p. 2.

²¹ *Idem. Ibidem.*

²² *Idem. Ibidem.*

²³ Junto ao túmulo de França Borges. Discurso do sr. presidente do ministério. *O Mundo*, Ano XVI, n.º 5518, 20-11-1915, p. 2.

filosófica e existencial do diretor d' *O Mundo*. Mas nos discursos não sobressai de forma significativa esta característica. É invocada no discurso do representante da Associação do Registo Civil, Augusto José Vieira, que lembra ter sido aquele presidente da assembleia geral daquela organização livre pensadora, em 1897. O mesmo Augusto José Vieira refere o destaque de França Borges e do seu jornal na luta pela «emancipação da consciência nacional», o feroz combate que desenvolveu contra a aliança do trono e do altar e até contra Deus pois «confundia cetro e báculo, na mesma repulsa, entendendo, como Diderot que só *sem senhor e sem Deus* pode o homem ser feliz», fazendo votos para que «a obra grandiosa de França Borges seja continuada sem fraquejo nem hesitação» para libertar o povo do «fanatismo»²⁴. Além de Augusto José Vieira, só outro orador, candidato a deputado nas eleições parlamentares que se realizaram dois dias após o funeral, num claro oportunismo eleitoral, assinala a temática da posição do livre pensamento sobre a questão religiosa. Disse então, que não acreditava em religiões nem em deuses, como não acreditava na imortalidade da alma «mas acredita na imortalidade do carácter e da honra», de personalidades como a do homenageado, concluindo que por isso «França Borges não morreu», já que que haverá sempre republicanos dispostos a rememorar o seu exemplo e a apropriarem-se dos valores e ideais que este defendia através da sua praxis jornalística, política e cívica²⁵.

3. Guerra Junqueiro: «Poeta» e «Patriota»

Nos anos 1923 e 1924 partiram dois dos vultos do republicanismo histórico, apreciados por muitos contemporâneos como personalidades cimeiras da cultura nacional - Guerra Junqueiro e Teófilo Braga. Guerra Junqueiro só aderiu ao Partido Republicano depois do *Ultimatum* de 1890, tendo-se destacado na militância política e anticlerical com a publicação de várias obras que, se garantiram o aplauso incondicional dos opositores à Monarquia e um funeral heróico, não permitiram mais do que o silêncio posterior a que foi votado pela história da literatura (Franco, 2001).

3.1. O «Grande Poeta», «símbolo da Raça»

O Século de 8 de julho de 1923 dá a notícia - «Morreu Guerra Junqueiro! O falecimento do Grande Poeta, símbolo da Raça, causou em todo o país o mais extraordinário pesar». Estas expressões vão dar o tom para o enaltecimento

²⁴ Junto ao túmulo de França Borges. Discurso de Augusto José Vieira em nome da Associação do Registo Civil. *O Mundo*, n.º 5518, 20-11-1915, p 5.

²⁵ Junto ao túmulo de França Borges. Extratos do discurso do Sr. Dr. Albino Vieira da Rocha. *O Mundo*, n.º 5518, 20-11-1915, p. 5.

mento subsequente ao passamento e que o vão transformar em herói nacional: «Um dos seus mais egrégios filhos, o maior poeta da latinidade em nossos dias e dos maiores em todas as épocas», «[A] figura que, nesta hora, mais perfeitamente encarnava o génio da raça», «o batalhador dos generosos ideais»²⁶, «a primeira figura da República»²⁷ «uma das mais belas figuras da Raça», «um dos nossos poetas mais populares», «o grande Poeta da Raça»²⁸, o «genial Poeta», «o cantor inigualável do Pão e da Luz»²⁹, «uma glória da Pátria»³⁰ e um «homem superior»³¹. No conjunto destas referências merece destaque o carácter paradigmático que lhe é atribuído, como uma espécie de «representative man» de todo um Povo, de toda uma Nação. O facto de ser poeta, como acontecera com Camões, parece facilitar essa identificação, tornando-o um herói mais aceitável. Como poeta ele era «uma águia» que «se elevou tão alto, que esteve próximo de Deus»³². A sua conversão ao republicanismo, de que foi, com a sua pena grandiloquente, um acérrimo propagandista potencia a interligação entre Pátria e República tão cara à retórica republicana. O seu perfil é idealizado, purificado, para que as suas virtudes sobressaíam e ele possa ser apresentado a toda a comunidade como um exemplo a seguir: ele era um ser «sequioso de justiça, um retilíneo carácter, um protótipo de lealdade como amigo e de indulgência como adversário». Mesmo assim, os articulistas concedem que ele em vida não fora consensual e que havia estado no centro de algumas polémicas, por ter cultivado «a sátira com uma violência inaudita», o que «dividiu pareceres e extremou campos» em sua volta. Mas agora os tempos são de apelar ao consenso em seu torno: «Uma unanimidade, porém, permaneceu e permanece indestrutível [...]: a unanimidade no reconhecimento do mérito insuperável, da portentosa grandeza do artista»³³.

3.2. *Das «homenagens religiosas» às «homenagens cívicas»*

Segundo determinação sua, e que a família fará questão de respeitar, o enterro deveria ser religioso. Esta opção pode parecer paradoxal, dado tratar-se de um herói apropriado por uma República que se destacou, em particular nos anos iniciais, pelo seu laicismo radical. Mas é bom lembrar que já estamos em 1923, momento em que a «questão religiosa» está menos inflamada e em que setores

²⁶ Morreu Guerra Junqueiro. *O Século*, n.º 14870, 8-07-1923, p. 1.

²⁷ *Idem*, p. 4.

²⁸ Guerra Junqueiro. *O Século*, n.º 14871, 9-07-1923, p. 4.

²⁹ Guerra Junqueiro. *O Século*, n.º 14874, 12-07-1923, p. 1.

³⁰ A morte de Guerra Junqueiro. *O Século*, n.º 14875, 13-07-1923, p. 1.

³¹ Os funerais do Poeta. *O Século*, n.º 14877, 15-07-1923, p. 1.

³² Morreu Guerra Junqueiro. *O Século*, n.º 14870, 8-07-1923, p. 4.

³³ *Idem*, p. 1.

do próprio regime pugnam por alguma pacificação nas relações entre Estado e Igreja. A devoção religiosa do poeta pode, até, potenciar o consenso que se pretende fomentar aproveitando o momento do seu desaparecimento físico. Nessa conformidade, o governo fez saber que, «atendendo aos desejos manifestados pelo grande Poeta, não opunha a menor dificuldade à realização do enterro religioso»³⁴. Essa ambivalência é, de resto, realçada pelos articulistas: o poeta havia-se devotado simultaneamente «ao culto de Deus e da Pátria»³⁵. Foi assim possível realizar, na Basílica da Estrela, uma «missa de corpo presente»³⁶, «uma missa por alma do glorioso Poeta»³⁷. O momento em que «a família entrega à Nação o corpo do Poeta» é interpretado por *O Século* da seguinte forma: «O seu corpo, depois de ter repousado à sombra acolhedora de um templo católico, ficou no edifício da Nação, que é o Congresso da República [...]. Após as homenagens religiosas, as homenagens cívicas»³⁸.

O poeta manifestara igualmente o desejo de que o seu funeral fosse «modesto», sem «coroas» nem «flores» e, particularmente, sem que se pronunciassem «discursos», uma prática, como vimos no exemplo anterior, muito seguida ao tempo neste tipo de celebração cívica e que contribui para que possamos interpretar hoje o sentido que se lhes pretendia atribuir. Com esta determinação Guerra Junqueiro tentava porventura evitar que a cerimónia em sua própria homenagem se convertesse num palco de lutas políticas, garantindo assim, à partida, o consenso possível. A imagem de modéstia e de humildade, que caracterizaria o poeta, é sublinhada em vários momentos pela imprensa. Ele teria sido sempre «alheio» às «glórias vãs das academias e só se sentindo bem entre os humildes e os simples». Reciprocamente, ele teria a «adoração do Povo» que, «mal sabendo ler os seus versos» via-o como «o descobridor do seu sonho e o redentor da sua alma»³⁹. A aparente contradição entre a simplicidade pretendida por Junqueiro para o seu funeral e a grandiosidade das homenagens que lhe estavam a ser rendidas não deixa de ser notada e procura ser explicada:

A Comissão [encarregada de organizar e dirigir o funeral] resolveu que as cerimónias a realizar se fizessem com a simplicidade desejada por Guerra Junqueiro, sem, contudo, prejudicar a grandiosidade das homenagens que a Nação resolveu prestar-lhe, quer como Poeta, quer como Patriota⁴⁰.

³⁴ Guerra Junqueiro será conduzido amanhã para o Palácio do Congresso realizando-se o seu funeral depois de amanhã às 18 horas. *O Século*, n.º 14874, 12-07-1923, p. 2.

³⁵ Morreu Guerra Junqueiro. *O Século*, n.º 14870, 8-07-1923, p. 1.

³⁶ A caminho da imortalidade e da glória. *O Século*, n.º 14873, 11-07-1923, p. 1.

³⁷ Guerra Junqueiro. *O Século*, n.º 14871, 9-07-1923, p. 1.

³⁸ A família de Junqueiro entrega à Nação o corpo do Poeta. *O Século*, n.º 14876, 14-07-1923, p. 1.

³⁹ Guerra Junqueiro. *O Século*, n.º 14874, 12-07-1923, p. 1.

⁴⁰ A família de Junqueiro entrega à Nação o corpo do Poeta. *O Século*, n.º 14876, 14-07-1923, p. 2

A vontade política de aproveitar o momento para contribuir para o reforço da comunidade imaginada representada pelo par Pátria - República sobrepôs-se ao que aparentemente seria a vontade do homenageado. Como o próprio jornal afirma: «Junqueiro pertence à Nação, é uma alta figura da Raça»⁴¹.

3.3. A «imortalização» de um «génio» no Panteão Nacional

Guerra Junqueiro faleceu na sua casa da Rua Silva Carvalho, em Campo de Ourique, com 73 anos de idade. O seu corpo seguiu, depois, para a Basílica da Estrela, sendo acompanhado, em «romagem piedosa», por «uma multidão composta de gentes de todas as classes»⁴². Essa referência interclassista procura sublinhar o consenso que se havia formado à volta da figura do poeta. «A urna foi coberta com a bandeira nacional», dando visibilidade à ideia de que o poeta constituía um verdadeiro símbolo da identidade nacional. Entretanto, discute-se qual o destino a dar ao corpo do ilustre defunto. A Câmara dos Deputados vota por unanimidade a realização de um «funeral nacional», para além da aprovação do «luto nacional». Decide-se, além disso, que Guerra Junqueiro seja depositado no Mosteiro dos Jerónimos, então funcionando como Panteão Nacional, «junto de Camões, Garrett, Herculano e João de Deus»⁴³; todos eles eram escritores e poetas já merecedores de idêntica homenagem. Depois do velório e da missa, o cadáver foi trasladado, como já foi referido, para o Palácio do Congresso, onde é novamente velado, partindo daí, então, para os Jerónimos. Antecipando o funeral, *O Século* escreve:

Nesse dia, o povo de Lisboa abandonará os seus lares e virá, em massa, para a rua, erguendo nos ombros robustos a urna sagrada que contém o corpo de Guerra Junqueiro. Em vez de um funeral, o cortejo de sábado será, sem dúvida, uma verdadeira apoteose. O caminho que seguir, através da cidade, será o caminho da glória. Levado pelo povo, o Poeta repousará tranquilo nos Jerónimos, no altar abençoado do Pátria, que ele cantou como ninguém⁴⁴.

Para além do apelo à participação popular, nota-se uma clara intenção de promover a sacralização do momento. O uso de expressões como «urna sagrada» e «altar abençoado da Pátria» dão conta disso mesmo. Recorde-se que em alternativa ao culto e aos rituais do catolicismo, no âmbito de um vasto projeto de laicização da sociedade, o republicanismo incentivou a criação de uma espécie de religiosidade cívica tendo como elemento central o culto da Pátria, que aqui está presente. Há, assim, uma transferência de sacralidade das referências religiosas tradicionais

⁴¹ *Idem*, p. 1.

⁴² Guerra Junqueiro. *O Século*, n.º 14871, 9-07-1923, p. 4.

⁴³ A morte do grande poeta Guerra Junqueiro enlutou o país. *O Século*, n.º 14872, 10-07-1923, p. 1.

⁴⁴ Guerra Junqueiro será conduzido amanhã para o Palácio do Congresso realizando-se o seu funeral depois de amanhã às 18 horas. *O Século*, n.º 14874, 12-07-1923, p. 1.

para uma entidade abstrata, como é a Pátria, ou para símbolos que a procuram representar como é o caso de Guerra Junqueiro, agora erigido à categoria de santo ou apóstolo deste culto supremo. Para além disso, um momento que aparenta ser de tristeza, pela morte do poeta, é visto como festivo e promissor ao ser integrado numa narrativa salvífica e glorificadora da Pátria, articulação essa para que nos remetem as expressões «uma verdadeira apoteose» ou «o caminho da glória».

O funeral realizou-se, então, no sábado, dia 14 de julho de 1923, tendo o cortejo feito o percurso entre o Palácio do Congresso e o Mosteiro dos Jerónimos «entre duas filas compactas de gente, com a presença de milhares e milhares de crianças»⁴⁵. Na verdade, a presença numerosa de jovens alunos dos liceus e das faculdades, de escoteiros e, em particular, de crianças das escolas primárias acompanhadas dos respetivos professores, participando tanto no velório como no cortejo, é abundantemente destacada e elogiada. Terá havido uma forte mobilização nesse sentido, o que corresponde a uma habitual, mas também polémica, prática associada às festas cívicas do republicanismo. Para além de engrossarem a multidão, os jovens e crianças surgiam aqui como a promessa de um futuro radioso para a Pátria.

No «Panthéon» nacional «o grande lírico ficou na sala do Capítulo, ao lado de Herculano»⁴⁶. Como nota o articulista, «no «Panthéon» dos Grandes Homens, o Poeta tem ali bem o seu lugar»⁴⁷. Na verdade, o Panteão Nacional, como lugar de memória, é visto como um espaço revestido de uma intensa sacralidade e destinado a albergar os restos mortais dos heróis supremos da coletividade, aqueles que pelos seus contributos relevantes para o engrandecimento da Pátria puderam alcançar, em certa medida, a «imortalidade». É desta forma que todo o esforço e sacrifícios são compensados: «Não é em vão que os grandes homens trabalham para o engrandecimento da sua Pátria»⁴⁸. Mas esta é uma celebração virada, essencialmente, para o futuro:

A República que há anos acolheu na Batalha os cadáveres dos Soldados Desconhecidos e levou ontem para os Jerónimos o corpo de Junqueiro interpretou o sentir de toda a Nação. O heroísmo e o génio acolheram-se à sombra da mesma bandeira e o exemplo duns e do outro decerto frutificarão nas gerações que se sucedam⁴⁹.

Chegados estamos ao núcleo central deste tipo de comemorações - a exemplaridade cívica. Guerra Junqueiro, promovido às categorias de génio, grande homem, ou herói da Pátria surge aqui, na sua versão purificada e sacralizada,

⁴⁵ Os funerais do Poeta. *O Século*, n.º 14877, 15-07-1923, p. 1.

⁴⁶ *Idem. Ibidem.*

⁴⁷ *Idem*, p. 4.

⁴⁸ *Idem*, p. 1.

⁴⁹ *Idem. Ibidem.*

como figura representativa a ser proposta a toda a comunidade, em particular às jovens gerações, como exemplo a seguir e como uma espécie de farol que ilumina o caminho da Pátria no sentido de uma regeneração messiânica que a República prometera nos seus primórdios mas que tarda a cumprir.

4. Teófilo Braga: republicano e patriota

Teófilo Braga foi professor universitário e membro destacado do Partido Republicano Português, deputado no final da monarquia, presidente do governo provisório após o 5 de Outubro e presidente da República, substituindo Manuel de Arriaga, em 1915. Nas homenagens em vida e no seu funeral celebraram-se, acima de tudo, o seu papel no panorama cultural, os ideais liberais e democráticos, o seu positivismo filosófico e republicanismo de sempre (Homem, 1989; Sínteses afetivas, 2011). O culto de cidadãos-heróis idealmente morais, inteligentes e de elevado racionalismo podem servir melhor do que qualquer catecismo republicano, funcionando como exemplos vivos para fazer passar as mensagens. Ao mesmo tempo esse processo entronca no curso de individualização moderno e remete para as formas de ritualização e de representação do poder.

Tal como aconteceu com Guerra Junqueiro, embora com um percurso ideológico mais coerente, os funerais de Teófilo Braga propiciaram uma verdadeira liturgia cívica republicana. Representam dispositivos de configuração do sentimento de pertença a uma coletividade nacional, intermediado pela «invenção» de um novo imaginário de cariz republicano que recria a nação vista como eterna por meio dos seus heróis e figuras ilustres.

Como se desenrolou esse espetáculo cívico e como aproveitou a República o funeral de Teófilo Braga? O cerimonial fúnebre de Teófilo Braga retoma a maior parte dos ritos que já descrevemos para França Borges e, em parte, por serem nacionais, para o caso de Guerra Junqueiro. Como era comum na época, morreu em casa, onde foi encontrado, sendo aí que começou o velório com o corpo amortalhado no leito e coberto de flores e depois em câmara ardente. Também aí, sob a velatura permanente efetuada por turnos compostos principalmente por estudantes, se iniciaram as visitas de várias personalidades políticas e do diretor da Faculdade de Letras, bem como de «uma enorme multidão de amigos e admiradores»⁵⁰. Entretanto, a câmara dos deputados aprovou a realização de funerais nacionais, prestando-lhe honras de chefe de estado e conduzindo-o para o «Panteão» dos Jerónimos⁵¹. Com a mulher e os filhos mortos há muito, o funeral de

⁵⁰ Dr. Teófilo Braga. *Diário de Notícias*, n.º 20845, 30-01-1924, p. 1.

⁵¹ Realizam-se amanhã os funerais de Teófilo Braga. *O Século*, n.º 15072, 30-01-1924, p. 1; A consagração de Teófilo de Braga. *O Século*, n.º 15073, 31-01-1924, p. 1.

Teófilo Braga, cujas exéquias foram puramente civis, vai assumir exclusivamente uma feição pública, isto é, política, veiculando uma pedagogia moral alicerçada no grande homem cujas virtudes individuais devem servir de referência (e até de culto) para as elites e as massas: «Não regateemos, –defendia *O Século*– por isso, a inteireza do nosso culto à sua egrégia memória. Procuremos antes rever-nos no cristal das esplêndidas virtudes que o exornavam e de que foi protótipo»⁵².

A importância cultural e política do morto, os apelos das autoridades da cidade e nacionais e a ação da imprensa fizeram do percurso efetuado pelo féretro até ao Congresso «uma grande manifestação de pesar à memória do ilustre morto». Durante a trasladação, o caixão, transportado por estudantes, foi acompanhado por figuras da política, das ciências, parlamentares, professores; foi também seguido por muitos populares desfilando por entre uma grande multidão, abrindo caminho os bombeiros. Os estabelecimentos encerraram as portas e nos prédios próximos as janelas estavam apinhadas de gente, constituindo no dizer do *Diário de Notícias* «uma patriótica manifestação de sentimento»⁵³.

Uma vez depositado o caixão no Congresso, o funeral ganhou a sua forma verdadeiramente nacional que culminou com a tumulação na igreja dos Jerónimos, périplo que deu azo a homenagens «revestidas de grande imponência»⁵⁴. Com efeito, o desfile perante a urna do Presidente da República, de deputados e senadores, de pessoas ilustres, do pessoal político e diplomático, de milhares de populares, estudantes e representantes de instituições escolares, entre outras, de corpos militares, que também acompanharam o cortejo fúnebre até aos Jerónimos, assim como a multidão que o esperava junto a esta igreja, constituiu, no dizer de *O Século*, «a consagração de Teófilo Braga»⁵⁵ ou «uma sentida e profunda homenagem de consagração», como escreveu o *Diário de Notícias*⁵⁶. Na verdade, tanto a organização dos funerais como a representação que deles transmite a imprensa compulsada fazem sobressair este vulto que, sendo republicano, unia mais do que dividia a comunidade nacional. Num período em que a República, que havido surgido como proposta de renascimento nacional, mas que apresentava depois da Grande Guerra dilacerada pelas divisões entre republicanos, por conflitos fraturantes como a questão religiosa, e crescentes tensões sociais, é significativo que representantes da nação no Congresso, dos mais variados quadrantes, fizessem a apologia do falecido, esbatendo divergências, exaltando as virtudes intelectuais, morais e políticas ou elogiando o pesquisador da identidade pátria, cujo legado perduraria para sempre. A imprensa reflete e reforça a memória que

⁵² Morreu Teófilo Braga. *O Século*, n.º 15071, 29-02-1924, p. 1.

⁵³ Dr. Teófilo Braga, foi encontrado morto em sua casa. *Diário de Notícias*, n.º 20845, 30-01-1924, p. 1.

⁵⁴ Os funerais de Teófilo Braga. *O Século*, n.º 15074, 2-2-1924, p. 1.

⁵⁵ Os funerais de Teófilo Braga. *O Século*, n.º 15073, 31-1-1924, p. 1.

⁵⁶ Dr. Teófilo Braga. *Diário de Notícias*, n.º 20847, 2-2-1924, p. 1.

se procura construir de Teófilo Braga quando salienta a transversalidade social e política das homenagens⁵⁷, bem patente na presença do povo anónimo de Lisboa durante o velório e o cortejo fúnebre e, também, nas intervenções de congressistas de diversos matizes (republicanos conservadores, monárquicos e católicos), que juntaram as suas vozes na louvaminha ao grande patriota e ao sábio⁵⁸.

4.1. *As virtudes de Teófilo Braga*

Como é evidente os mais rasgados elogios são oriundos do campo republicano. Que qualidades são exaltadas? As facetas mais vincadas e engrandecidas de Teófilo Braga podem ser resumidas pelas palavras proferidas na Câmara de Deputados onde foi considerado «propagandista dos maiores e cabouqueiro ilustre das letras nacionais»⁵⁹. Como homem de cultura laborioso, ideologicamente coerente e moralmente íntegro, produziu, ao longo de décadas de trabalho, uma obra monumental que o colocam entre as figuras cimeiras da letras pátrias:

Encerrou-se o longo, fecundo, prodigioso ciclo de uma vida de pensador e de trabalhador que pode apresentar-se como sendo o mais alto modelo de tenacidade, de coerência mental e de operosidade sistematizada que se conhece na nossa história literária. Com o eminente polígrafo desaparece uma singularíssima figura, quer a consideremos através da obra colossal que produziu para honra das letras pátrias, quer meditemos sobre ela, contemplando-a através do seu carácter de rija têmpera que jamais se vergou em conjuntura alguma⁶⁰.

Por isso, a sua obra foi classificada como «o trabalho de uma geração inteira compreendido no cérebro de um só homem», a tarefa de «uma academia ou de uma universidade»⁶¹.

A grandeza do contributo do mais produtivo dos intelectuais portugueses dos finais do século XIX e primeiras décadas do século XX, «inconfundível» no que toca ao conhecimento e valorização da portugalidade, ultrapassou as fronteiras nacionais, ao conseguir granjear «em todo o mundo culto, a sólida e justificada reputação que o notabilizou na esfera do pensamento humano»⁶². Assim, o seu desaparecimento não seria apenas uma perda nacional mas universal.

O amor à Pátria manifestado através dos seus estudos sobre a cultura portuguesa é outra das vertentes da apologia desenvolvida na imprensa. Em numerosas obras

⁵⁷ Dr. Teófilo Braga. *Diário de Notícias*, n.º 20845, 30-01-1924, p. 2.

⁵⁸ O Sr. Dr. Teófilo Braga, foi ontem encontrado morto em sua casa. *Diário de Notícias*, n.º 20844, 29-01-1924, p. 2.

⁵⁹ *Idem*, p. 1.

⁶⁰ Morreu Teófilo Braga. *O Século*, n.º 15071, 29-01-1924, p.1.

⁶¹ *Idem. Ibidem*.

⁶² Morreu Teófilo Braga. *O Século*, n.º 15071, 29-01-1924, p.1.

de poesia, filosofia, história, literatura, folclore e política o ilustre polígrafo engrandeceu Portugal como produtor e renovador da cultura literária, contribuindo para justificar a individualidade cultural de Portugal, nomeadamente ressuscitando as suas tradições, instituições e figuras cimeiras como Camões, com toda a grandeza do seu génio, concorrendo para reinventar a identidade da nação portuguesa:

Observada serenamente na sua significação e resultados, vê-se que toda a vasta obra de Teófilo Braga teve por base e alvo o prestígio político da Nação Portuguesa, a justificação histórica, por assim dizer, fatal, e não contingente, do quase milenário organismo pátrio. Teófilo Braga foi, a seguir a Herculano, o mais heróico, sábio, e também o mais intemerato arauto do nacionalismo português. O escritor que jaz nos Jerónimos [...] foi, repetimos, o obreiro mais pujante e fecundante da causa nacionalista⁶³.

O Século sustenta que o seu passamento o libertou definitivamente da mortalidade das pessoas comuns: «Teófilo transpôs os limiões da imortalidade. Português, amou a sua Pátria, acima de tudo, glorificando-a, nas páginas dos seus livros e servindo-a onde foi mister que as luzes do seu saber e do seu conselho fossem chamadas a brilhar»⁶⁴ Teófilo Braga seria mesmo uma das exceções à regra que diz não haver homens insubstituíveis:

A cada instante se diz que não há ninguém insubstituível. O grande escritor morto é uma das exceções à regra. Pode amanhã mais um crime revolucionário ensanguentar e desonrar a Nação, elevando ao Capitólio um qualquer Zé da Vestia coberto por um pálido sustentado por meia dúzia de palafreiros descendentes dos espíões da Santa Inquisição ou dos verdugos miguelistas. Pode. Mas, por muitas que sejam as lantejoulas que o vistam, por mais numerosos que sejam os guizos até à cinta, não passará nunca de um mísero bobo, de um grotesco pigmeu perante a memória de Teófilo, perante a recordação da vida de glorioso trabalho de Teófilo. O espírito invencível, imenso, infinito, e nada existe que o substitua, ou suplante⁶⁵.

Esta vertente do seu pensamento e da sua ação valoriza a tradição nacional do país que procurou também modernizar. Como membro da que se chamaria Geração de 70, envolveu-se na polémica Bom Senso e Bom Gosto ao lado dos defensores do realismo e do naturalismo contra os paladinos do romantismo⁶⁶ e nas Conferências do Casino, cuja abertura a uma visão internacionalista se articulava com a participação na polis. De facto, em Teófilo o nacionalismo compagina-se, à maneira de Littré, com o positivismo filosófico que perfilhou, divulgou e acasalou com o republicanismo democrático, pois o seu nacionalismo estribava-se na defesa dos direitos, interesses e virtudes do povo:

⁶³ Depois de morto. *O Século*, n.º 15075, 3-2-1924, p. 1.

⁶⁴ Morreu Teófilo Braga. *O Século*, n.º 15071, 29-01-1924, p. 1.

⁶⁵ Depois de morto. *O Século*, n.º 15075, 3-2-1924, p. 1.

⁶⁶ O Sr. Dr. Teófilo Braga, foi ontem encontrado morto em sua casa. *Diário de Notícias*, n.º 20844, 29-01-1924, p.1.

Do seu nacionalismo, do seu entranhado e convicto amor pátrio, provinha o seu apaixonado amor à Democracia. Foi do amor à liberdade e aos direitos populares que nasceu e se consolidou, depois, através de lutas quase constantes, a Nação. Há por aí cegos d'alma, ignorando este facto: - que a história da Pátria Portuguesa é essencialmente, fundamentalmente, através dos séculos, o triunfo constante das liberdades públicas, E' necessário que o povo português não se esqueça d'isto, é necessário que tenha isto sempre presente! As sombras que, por vezes, cobriram o nosso passado, só demonstram a existência incontestável daquele facto. Explica-se facilmente, assim, a paixão que Teófilo Braga, nacionalista, votava à Democracia⁶⁷.

Como já se disse, os funerais nacionais culminaram na «panteonização» de Teófilo Braga nos Jerónimos. Porém, o local da sepultura mereceu d'*O Século* uma chamada de atenção sobre a dignidade das jazidas de grandes de Portugal numa época em que, tal como os liberais, os republicanos pretendiam criar novos mitos e símbolos da identidade nacional. O problema surgiu quando o jornal denuncia que afinal Teófilo Braga não ficou sepultado na Sala dos Reis nem sequer na Sala do Capítulo, como por «esmola» foi o destino dos restos mortais de Guerra Junqueiro, ou até no Batistério onde estão as cinzas de João de Deus e de Almeida Garrett, mas num espaço secundário que foi o vestíbulo da Sala dos Reis, onde em breve seria esquecido⁶⁸.

A ideia de criar um panteão nacional, semelhantemente à França, foi decretada por Passos Manuel, em 1836, mas a falta de lugar oficialmente designado, fez com que o mosteiro dos Jerónimos fizesse as vezes de Panteão, como forma de revivificar atos heróicos e percursos de mérito capazes de ligar as pessoas num destino comum. O Congresso da República determinou, pela Lei nº 520 de 29 de abril de 1916, que o Panteão Nacional seria instalado na inacabada igreja de Santa Engrácia, uma vez feitas as obras necessárias (só seriam concluídas em 1966, sendo o Panteão Nacional oficialmente inaugurado no ano seguinte), para aí honrar as personalidades mais proeminentes de Portugal. Por isso, quando *O Século* levanta a questão, descarta essa possibilidade por não reunir ainda as condições físicas, tal como a basílica da Estrela e o mosteiro da Batalha, neste caso por estar afastado da capital. Pronuncia-se, assim, a favor dos Jerónimos como solução definitiva para Panteão Nacional e ainda da tumulação de Teófilo Braga na Sala do Capítulo tal como Guerra Junqueiro. O facto de ser um templo católico e sede da paróquia de Santa Maria de Belém podia ser ultrapassado desafetando a igreja ao culto e transferindo a sede da paróquia para a chamada igreja da Memória⁶⁹. Mas tal desiderato nunca chegou a acontecer.

⁶⁷ Depois de morto. *O Século*, n.º 15075, 3-2-1924, p. 1.

⁶⁸ Os grandes de Portugal. *O Século*, n.º 15076, 4-2-1924, p. 1.

⁶⁹ Os grandes de Portugal. *O Século*, n.º 15076, 4-2-1924, p. 1.

5. Magalhães Lima: «maçon» e «livre-pensador»

Finalmente, em 1928, deu-se o passamento de Sebastião de Magalhães Lima, advogado e jornalista, primeiro diretor do jornal *O Século*, membro do diretório do Partido Republicano Português, deputado à Constituinte e senador. Tornou-se maçom em 1874, tendo chegado a Grão-Mestre do Grande Oriente Lusitano em 1907. É o único «grande republicano» deste estudo cuja morte se deu no período da Ditadura Militar (1926-1933), de que foi opositor (Ventura, 2011).

5.1. *Magalhães Lima: «supremo idealista do Bem» e «romântico impenitente»*

O *Diário de Notícias* de sábado, 8 de dezembro de 1928, dá assim conta, em título de primeira página, do infausto acontecimento: «Morreu Magalhães Lima. O venerando democrata expirou à meia-noite na Casa de Saúde das Amoreiras, sendo o cadáver transportado para o Grémio Lusitano»⁷⁰.

Como nos exemplos anteriormente analisados, os artigos desse e dos dias subsequentes procuram traçar um retrato idealizado do ilustre desaparecido para o qual recorrem a expressões como «loiro cavaleiro do ideal», «supremo idealista do Bem», «livre-pensador», «enorme crente», «propagandista febril»⁷¹, «grande tribuno», «homem singular», «romântico impenitente»⁷², «saudoso e ilustre democrata», «ídolo erguido pela multidão», «malgrado paladino da República», «apóstolo ardente do pacifismo»⁷³, entre outras que, se dão conta de uma vontade de purificação e de sacralização do «grande morto» também não deixam de representar, de alguma maneira, o rico e multifacetado percurso deste livre-pensador e republicano histórico.

A imprensa noticia que Magalhães Lima «lega metade dos seus bens a instituições de assistência e instrução» o que corrobora o perfil traçado e, em particular, o seu desprendimento, o seu forte vínculo com a solidariedade e a importância de que se reveste para ele a educação como elemento de regeneração social. Talvez por conta desse perfil, segundo é dito: «O povo adorava-o»⁷⁴.

5.2. *Um cerimonial maçónico*

A sua pertença à maçonaria, e o facto de ser há muito tempo Grão-Mestre do então Grande Oriente Lusitano Unido, é algo que está muito presente nas home-

⁷⁰ Morreu Magalhães Lima. *Diário de Notícias*, n.º 22582, 8-12-1928, p. 1.

⁷¹ *Idem. Ibidem.*

⁷² A morte de Magalhães Lima. *Diário de Notícias*, n.º 22583, 9-12-1928, p. 1.

⁷³ O funeral de Magalhães Lima foi uma impressionante homenagem à memória do saudoso e ilustre democrata. *Diário de Notícias*, n.º 22584, 10-12-1928, p. 1.

⁷⁴ A morte de Magalhães Lima. *Diário de Notícias*, n.º 22583, 9-12-1928, p. 1.

nagens fúnebres e nas notícias que delas vão dando conta. Por um lado, o cadáver é logo transportado para a sede da ordem, o palácio do Grémio Lusitano, onde é velado, na sala da Biblioteca, sendo todo o cenário profundamente marcado por símbolos e ritos maçónicos como nos descreve o *Diário de Notícias*:

As paredes do grande salão da biblioteca foram completamente cobertas de grandes panos negros, pendendo de cada lado da casa caveiras e tibias. Ao fundo, por detrás da cabeça do grande tribuno, o simbólico «altar» de mármore, sobre o qual se viam, em metal dourado, as insígnias maçónicas: o esquadro e o compasso. Mais ao fundo da sala, encostado à parede, um busto da República envolto em crepes⁷⁵.

A presença dos ossos, símbolo da morte e da renúncia, sinalizam o desprendimento em relação ao que é terreno e apontam no sentido do renascimento do morto. O altar é um elemento central dos templos maçónicos, estando nele depositados dois dos objetos mais importantes da iconografia maçónica, com toda a sua densidade simbólica, o esquadro e o compasso. No final do velório, e antecedendo o funeral, «realizou-se a solene cerimónia maçónica do levantamento das insígnias que Magalhães Lima tinha ao peito»⁷⁶. Por outro lado, os próprios artigos, em particular quando buscam traçar o perfil do homenageado, recorrem a expressões com alguma ressonância maçónica como as já citadas «loiro cavaleiro do ideal» e «supremo idealista do Bem» ou as referências à «Ave Azul da Fraternidade Universal»⁷⁷ ou ao «sulco luminoso» que teria ficado da sua passagem pela vida⁷⁸.

5.3. Um exemplo para a «eternidade»

O funeral realizou-se, então, no domingo, dia 9 de dezembro de 1928, tendo percorrido o trajeto que vai do Grémio Lusitano, ao Bairro Alto, para o cemitério dos Prazeres. A formação do cortejo obedeceu a uma ordem definida e nele se incluíram, entre outros corpos, estudantes, internas do Asilo de São João, uma iniciativa maçónica, familiares, representantes do governo e do exército, diplomatas, dirigentes do Grémio Lusitano, lojas maçónicas, representantes da imprensa, associações e coletividades, para além do povo em geral. «Milhares de pessoas tomaram parte no cortejo», titula o *Diário de Notícias* do dia seguinte. Foi «um interminável desfile»⁷⁹, acrescenta-se, justificando esse

⁷⁵ *Idem*, p. 6.

⁷⁶ O funeral de Magalhães Lima foi uma impressionante homenagem à memória do saudoso e ilustre democrata. *Diário de Notícias*, n.º 22584, 10-12-1928, p. 5.

⁷⁷ Morreu Magalhães Lima. *Diário de Notícias*, n.º 22582, 8-12-1928 p. 1.

⁷⁸ A morte de Magalhães Lima. *Diário de Notícias*, n.º 22583, 9-12-1928, p. 1.

⁷⁹ O funeral de Magalhães Lima foi uma impressionante homenagem à memória do saudoso e ilustre democrata. *Diário de Notícias*, n.º 22584, 10-12-1928, pp. 1 e 5.

facto com a própria trajetória vital de Magalhães Lima e com o sentido que tinha essa vida plena de causas sociais: «Provou-se à saciedade que merece bem a pena andar uma extensa vida a semear doutrinas de redenção, a pugnar pela liberdade, a estremecer pelo sofrimento humano, a cantar a glória de viver sem opressão sem opróbio»⁸⁰.

O cadáver não foi incinerado, segundo é dito, pelo facto do testamento nada conter a esse propósito. Lembre-se que o próprio Magalhães Lima havia publicado um texto sobre o tema e muitos livres-pensadores eram partidários de tal prática. Ao contrário do que acontecera noutros casos, a direção do Grémio Lusitano decidiu que se deveria manter no funeral «o mais profundo e respeitoso silêncio, não devendo por isso ser proferidos, à beira da campa, quaisquer discursos»⁸¹. Esta opção não terá sido alheia ao clima político que então se vivia. Estava-se em plena Ditadura Militar e as pressões sobre a maçonaria, bem como os obstáculos criados a todo o tipo de atividades dos sectores da oposição ao novo regime, começavam a ser insustentáveis. Não obstante, o governo fez-se representar no funeral através do ministro da Instrução Pública, Gustavo Cordeiro Ramos. O referido contexto não impediu a expressão dos sentimentos de esperança no futuro, associados à exemplaridade do morto, e que já observámos nos restantes casos. Magalhães Lima oferecia-se como figura paradigmática à comunidade: «Nesta hora de luto, o tribuno revive, à luz da eternidade, para o culto dos que o admiram»⁸². Mas as referências identitárias estavam a mudar. A comunidade simbólica sonhada pela República esboroava-se rapidamente no confronto com um outro imaginário social que se encontrava em pleno processo de construção e que vai desembocar no salazarismo.

6. Considerações finais

No estado atual da hermenêutica sobre o tema podemos adiantar algumas conclusões que nos foram sugeridas pelo estudo dos vários funerais. Em primeiro lugar sobressai o aproveitamento da morte de grandes republicanos, a exposição do corpo e o cortejo fúnebre, como momentos de reafirmação política republicana, o que pode ser explicado tanto pela necessidade de legitimação do regime como pela instabilidade que marcou toda a sua existência.

Em segundo lugar, chamou-nos a atenção a intensa ritualização dos funerais estudados, em particular nos casos de França Borges, de Guerra Junqueira

⁸⁰ *Idem*, p. 1.

⁸¹ A morte de Magalhães Lima. *Diário de Notícias*, n.º 22583, 9-12-1928, p. 6.

⁸² *Idem*, p. 1.

e de Teófilo Braga. Mesmo estando ausentes os espaços, agentes, gestos e símbolos dos funerais católicos, a sua configuração externa apresenta muitas características deles decalcadas, evidenciando a ambiguidade do laicismo em face destes acontecimentos. É como se o homem laico não pudesse dispensar um certo investimento religioso na morte, de modo a ajudar o falecido a transitar para o outro mundo e a apaziguar os vivos confrontados com o espectáculo sempre doloroso do fim.

Em terceiro lugar, retivemos o esforço para eternizar a recordação do morto, ou melhor a representação do morto elaborada a propósito da sua morte e do funeral, para que este permaneça no mundo dos vivos como memória exemplar, pronta a ser recuperada ciclicamente ou nos momentos de maior aflição coletiva. Os funerais funcionavam como liturgias identitárias e socializadoras, permitindo mais facilmente enraizar nos vivos, como lição para o presente e para o futuro, uma leitura idealizada do contributo dos «grandes homens» estudados, tanto para o bem público como para a causa do republicanismo. Neste sentido os funerais permitem a apropriação, a interpretação e a difusão de ideias e valores com o objetivo de perenizar uma ordem social existente. Esta encenação do político remete para a necessidade do poder se enraizar nos pais fundadores, de se personificar para assegurar a autoridade, produzir a ordem social e fundar a legitimidade da República sobre os homens do presente.

Em quarto lugar, a República construiu uma hagiografia laica pela qual perpassa uma vaga religiosidade eivada de valor pedagógico para re-ligar a República. A celebração da morte de «grandes homens» como França Borges, Guerra Junqueira, Teófilo Braga e Magalhães Lima consolida e aprofunda a construção de uma nova tradição sacralizada que exalta os grandes homens das letras, os políticos e militares pelos seus talentos e sacrifícios e que se inscreve no reconhecimento da nação numa política da memória. A construção da representação do grande republicano, para a qual muito contribuem os comentários políticos e os elogios fúnebres produzidos pela imprensa ou por esta difundidos, lembra a todos os cidadãos que a imortalidade é possível desde que aos olhos da República o mereçam pela sua vida e/ou pela sua morte. Deste modo, se forjava um ritual de educação republicana visando alargar as bases da unanimidade nacional. Neste ensejo, são paradigmáticos os funerais de Guerra Junqueiro e de Teófilo Braga e a sua entronização no panteão nacional, servindo os intuítos da rememoração dos ideais do republicanismo histórico, isto é, da República idealizada, ainda não realizada, mas permanecendo como utopia desejada.

7. Referências bibliográficas

- Baczko, B. (1978). *Lumières de l'utopie*. Paris: Payot.
- Catroga, F. (1999). *O céu da memória: cemitério romântico e culto cívico dos mortos em Portugal (1756-1911)*. Coimbra: Minerva.
- Catroga, J. (1996). Ritualizações da História. In Amando Mendes, J. M., Catroga, F., & Torgal, L. R. (Eds.), *História da História em Portugal* (pp. 547-671). Lisboa: Círculo de Leitores.
- Catroga, F. (1991). *O republicanismo em Portugal: da formação ao 5 de Outubro de 1910*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- Catroga, F. (1988). *A militância laica e a descristianização da morte em Portugal (1865-1911)*. (Tesis inédita de doctorado). Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Franco, A. C. (2001). *O essencial sobre Guerra Junqueiro*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- Homem, A. C. (1989). *A ideia republicana de sempre: o contributo de Teófilo Braga*. Coimbra: Minerva
- Marques, A. H de Oliveira (1986). *Dicionário da Maçonaria Portuguesa*, vol. I – A-I. Lisboa: Editorial Delta.
- Matos, S. C. (1990). *História, mitologia, imaginário nacional: a História no curso dos liceus (1895-1939)*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Medina, J. (2007). *O «Presidente-Rei» Sidónio Pais: estudos sobre Sidónio Pais e o seu consolo*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Medina, J. (1994). *Morte e transfiguração de Sidónio Pais*. Lisboa: Edições Cosmos.
- Ozouf, M. (1976). *La fête révolutionnaire (1789-1799)*. Paris: Éditions Gallimard.
- Pintassilgo, J. (1998). *República e formação de cidadãos: a educação cívica nas escolas primárias da Primeira República Portuguesa*. Lisboa: Edições Colibri.
- Rivière, C. (1988). *Les liturgies politiques*. Paris: P.U.F.
- Sínteses afetivas: Teófilo Braga e os centenários. Catálogo da exposição* (2011). Ponta Delgada: Governo dos Açores - Direção Regional de Cultura - Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada.
- Sironneau, J. P. (1980). Retour du mythe et imaginaire socio-politique. In *Le retour du mythe* (pp. 9-28). Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble.
- Tengarrinha, J. (1989). *História da Imprensa Periódica Portuguesa*. Lisboa: Caminho.
- Ventura, A. (2011). *Magalhães Lima: Um idealista impenitente*. Lisboa: Assembleia da República.